



Centro  
**Gaspar Garcia**  
de Direitos Humanos



Centro  
**Gaspar Garcia**  
de Direitos Humanos

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos  
Rua Dom Rodó, 140 - Ponte Pequena  
CEP 01109-080 - São Paulo- SP - Brasil  
Tel. 55 11 3322-8604 / Fax 55 11 3322-8609  
[www.gaspargarcia.org.br](http://www.gaspargarcia.org.br)  
[gaspargarcia@gaspargarcia.org.br](mailto:gaspargarcia@gaspargarcia.org.br)



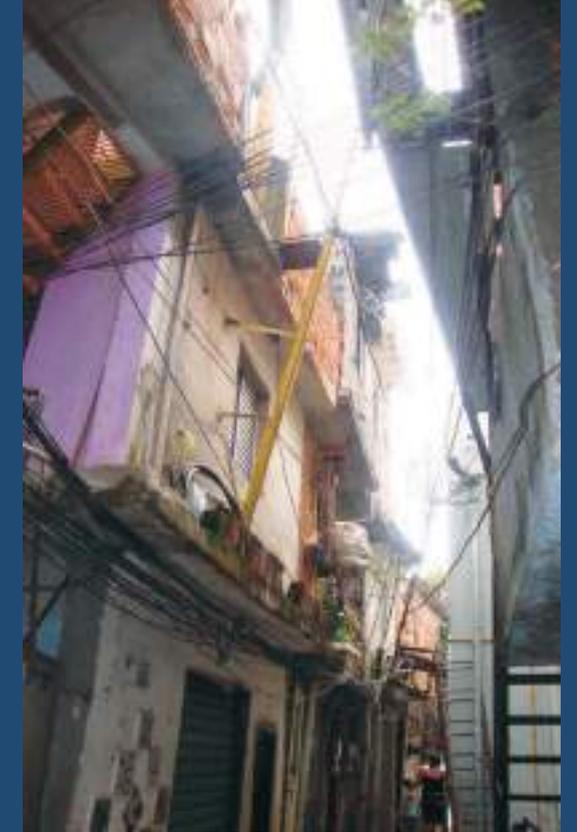


## Quem somos

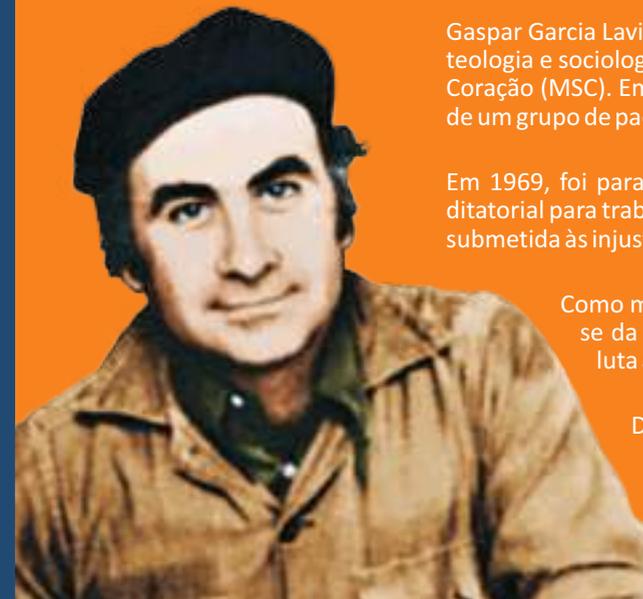
O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos é uma organização ecumênica, não governamental, sem fins lucrativos ou econômicos. Desde 1988 atua junto a pessoas de baixa renda que possuem direitos violados, tendo como perspectiva o protagonismo social desta população.

## Missão

Contribuir para a integração e inclusão sociais de moradores de cortiços, favelas e habitações precárias, pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, por meio de processo de educação popular, defesa dos direitos e intervenção em processos de construção de políticas públicas, prioritariamente na Região Central de São Paulo, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e solidária.



## Quem foi Gaspar Garcia?



Gaspar Garcia Laviana nasceu em 1941 em Les Rocas, na Espanha. Estudou filosofia, teologia e sociologia, tornando-se sacerdote na ordem dos Missionários do Sagrado Coração (MSC). Em Madri, trabalhou também como carpinteiro, conforme os ideais de um grupo de padres operários.

Em 1969, foi para a cidade de San Juan Del Sur, na Nicarágua, durante o regime ditatorial para trabalhar nas obras sociais junto à população empobrecida que estava submetida às injustiças e violações da sua dignidade humana.

Como militante cristão, comprometido com essa população, aproximou-se da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), ingressando na luta armada em 1978. Morreu em combate aos 37 anos de idade.

Durante toda sua trajetória, Gaspar Garcia denunciou, em contos e poemas, a violência de que era testemunha. Tornou-se mártir da luta dos Direitos Humanos na América Latina. Sua história nos motiva e nos inspira a seguirmos seus ideais de uma sociedade mais justa e fraterna.

## Princípios

A entidade, desde sua fundação, tem como princípios básicos a ética, a indignação frente às injustiças, a solidariedade, a relação direta com pessoas violadas em seus direitos e o fortalecimento da organização popular. A diretriz utilizada pelo Centro Gaspar Garcia é baseada na educação popular, com inspiração no pensamento de Paulo Freire, que reconhece a dimensão política e estrutural da pobreza, as capacidades de cada ser humano, a essencialidade da construção da luta coletiva e o protagonismo daqueles que possuem seus direitos violados.

## Objetivos

- Denunciar as violações que desrespeitam a dignidade humana;
- Contribuir para intervenção em políticas públicas;
- Realizar atividades focando as relações de gênero;
- Realizar ações na área de assistência e desenvolvimento social;
- Assessorar e fomentar a criação de alternativas de geração de trabalho e renda;
- Prestar assistência jurídica;
- Favorecer a formação e a organização de grupos populares;
- Desenvolver metodologias de educação popular;
- Assessorar os movimentos populares;
- Atuar articulado com movimentos populares e de Direitos Humanos



## História

O Centro Gaspar Garcia nasceu da iniciativa de agentes das pastorais sociais da Região da Sé e militantes populares que atuavam com a população em situação de rua, com os catadores de materiais recicláveis e com os moradores de cortiços. Em 1984, estas pessoas iniciaram a articulação para construir uma organização empenhada nas lutas pelos Direitos Humanos, com o objetivo de estruturar e fortalecer os vários trabalhos pontuais já existentes, com base na educação popular. Essa iniciativa culminou na fundação, em 1988, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, cujo nome foi escolhido em homenagem ao padre espanhol Gaspar Garcia Laviana.

Naquela época a pobreza existente no centro da cidade não era reconhecida pelos órgãos públicos e a discussão sobre o tema concentrava-se na periferia, onde a militância popular era mais organizada. Os desafios no centro pautavam-se na falta de políticas públicas capazes de oferecer condições dignas de vida e na pouca organização popular. Apesar das condições precárias, a opção da população de baixa renda era permanecer na região central, com infraestrutura social consolidada, ao invés de submeter-se aos altos custos de transporte e às longas distâncias das periferias.

Nos últimos vinte anos, ocorreram avanços em relação à organização desta população como a consolidação de movimentos de moradia e da população de rua, além das cooperativas de catadores. Houve ainda avanços nas experiências de políticas públicas, apesar de não serem suficientes para solucionar os problemas.

Atualmente o interesse imobiliário voltou-se para o centro e, com isso, aumentou a resistência dos setores conservadores contrários à presença da população de baixa renda no centro. Frente à nova conjuntura, o Centro Gaspar Garcia tem priorizado o fortalecimento dos movimentos populares; a formação de novas

lideranças comunitárias; as defesas jurídicas; a advocacia preventiva; e atividades com a população em situação de rua para geração de renda.

Recentemente, iniciou ainda ações de apoio a pessoas de baixa renda da economia informal, submetidas ao trabalho precário, e a grupos de etnias indígenas da região metropolitana de São Paulo, que possuem cultura e direitos violados na relação com a cidade.



## O centro de São Paulo: território de disputa



O centro da cidade de São Paulo apresenta de forma contundente as injustiças e desigualdades sociais da sociedade brasileira. Esta região, por um lado, possui grande dinamismo econômico, concentrando 25% dos empregos formais da cidade, principalmente, na área de serviços, sendo que nela transitam diariamente cerca de 2,5 milhões de pessoas. Por outro lado, há grande concentração de cortiços, pessoas vivendo nas ruas, crianças abandonadas e trabalhos precários.

O centro nas últimas décadas perdeu população, enquanto as periferias da cidade se estenderam, gerando inúmeros problemas fundiários como os loteamentos em áreas de mananciais e de preservação ambiental.

Este fenômeno vai na contramão da plataforma de uma verdadeira Reforma Urbana, indicando um padrão de crescimento insustentável do ponto de vista social, ambiental, econômico e político.

A região, a exemplo das áreas centrais de outras metrópoles no Brasil e do mundo, tornou-se local de intensa disputa entre o Direito à Cidade e a especulação imobiliária, muitas vezes disfarçada de requalificação urbana. Frente a esta disputa, o Centro Gaspar Garcia se coloca contra a política higienista e a favor de que a população de baixa renda viva dignamente no centro da cidade.

## A luta sob a perspectiva dos Direitos



*“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”*

*(Art. 6º da Constituição Federal de 1988).*

O Brasil, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, possui 28,8% da população em situação de pobreza absoluta, o que representa 55 milhões vivendo com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Deste total, cerca de 16 milhões de pessoas encontram-se em pobreza extrema, isto é, com renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo (Ipea, 2010).

A adesão do Brasil à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Cidade (Lei n. 10257, aprovada em 2001) representam avanços fundamentais no reconhecimento legal dos Direitos Humanos e do Direito à Cidade, referências para as ações do Centro Gaspar Garcia. No entanto, há ainda muita dificuldade na regulamentação e implementação de todo este arcabouço de leis.

Prova disso é que na cidade de São Paulo as violações ocorrem cotidianamente: pessoas vivem nas ruas, moradias inadequadas como favelas, cortiços e ocupações, despejos violentos, trabalhos precários e informais, além de tantas outras situações que violam a dignidade humana.

A experiência do Centro Gaspar Garcia tem mostrado que as transformações sociais somente ocorrem quando a população violada nos seus direitos é capaz de compreender as causas das violações sofridas, elaborar propostas, se organizar e se mobilizar, isto é, quando os sem direitos lutam pelos seus direitos. Nesse sentido, o compromisso do Centro Gaspar Garcia é contribuir com essa luta.

## DIREITO A CIDADE

As funções sociais da propriedade e da cidade devem ser voltadas a assegurar a distribuição e o desfrute eqüitativo, universal, justo, democrático e sustentável dos recursos, riquezas, serviços, bens e oportunidades que brindam as cidades para todos os seus habitantes.

*(Declaração dos fóruns Urbano Mundial e do Social Urbano, RJ 2010)*

*“para nós, lutar  
é ver aquilo que o povo quer ver realizado.  
É ter a terra onde nascemos.  
É sermos livres para trabalhar.  
É ter para nós o que criamos.  
Lutar, para nós, é um destino,  
é uma ponte entre a descrença  
e a certeza do mundo novo”.*

Trecho do poema Do Povo Buscando a Força, de Agostinho Neto.

## Programas, Projetos e Ações Estratégicas

Os trabalhos do Centro Gaspar Garcia estão divididos em Programas, Projetos e Ações Estratégicas. Sua execução é feita por técnicos e equipes interdisciplinares.

Os Programas abrangem um leque de intervenções na realidade que dizem respeito à atuação emergencial, intervenção nos processos de construção de políticas públicas e formação política na perspectiva de estimular a organização popular para a transformação social.

Os Projetos são intervenções específicas junto a um determinado segmento social cujo foco é favorecer o início de uma mobilização popular na luta por direitos.

Os Programas e Projetos dividem-se da seguinte forma:

Programa Moradia Digna

Programa Reviravolta da População em Situação de Rua

Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade

Projeto A Cidade como Local de Afirmação dos Direitos Indígenas

As Ações Estratégicas englobam atividades transversais a todos os Programas e Projetos, com o objetivo de ampliar e potencializar os impactos da sua atuação.



## Programa Moradia Digna



Na cidade de São Paulo, estudos mostram que existem cerca de 900 mil moradias precárias - incluindo favelas, cortiços e ocupações -, habitações estas que necessitam de melhorias ou da produção de nova estrutura. Em compensação, segundo dados do IBGE 2010, existem na capital cerca de 290 mil domicílios não habitados, sem contar prédios comerciais vazios.

No centro de São Paulo, milhares de famílias vivem em cortiços, favelas ou imóveis abandonados, estando submetidas a condições de precariedades habitacionais

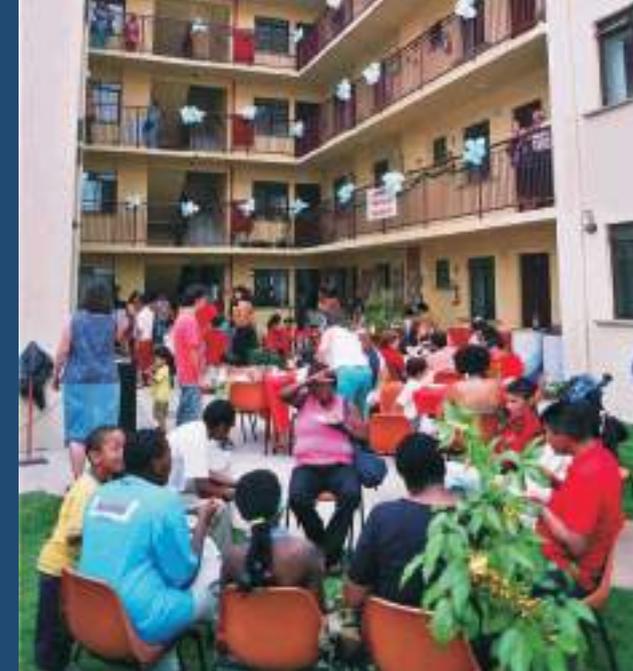
tais como insegurança na posse, enchentes, falta de habitabilidade, riscos de incêndios, ambientes com risco social para os filhos e tantas outras situações inadequadas para o desenvolvimento humano. Muitas das famílias enfrentam dificuldades para pagarem os aluguéis, sofrendo despejos de forma violenta, sem qualquer defesa jurídica e apoio dos órgãos públicos. Os programas públicos de habitação de interesse social no centro são escassos, sendo insuficientes frente à realidade.

## Como atuamos

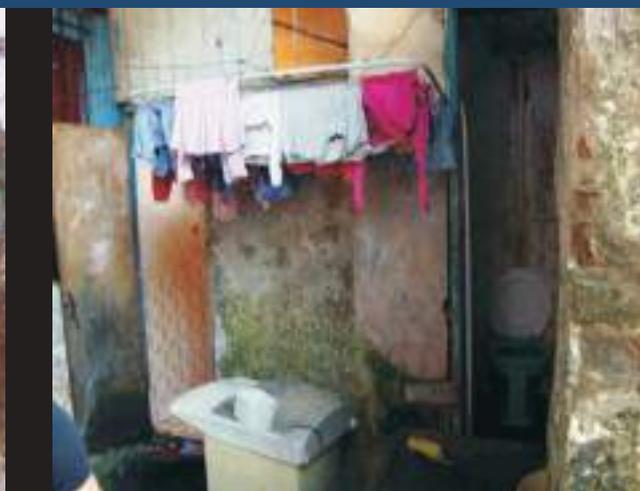
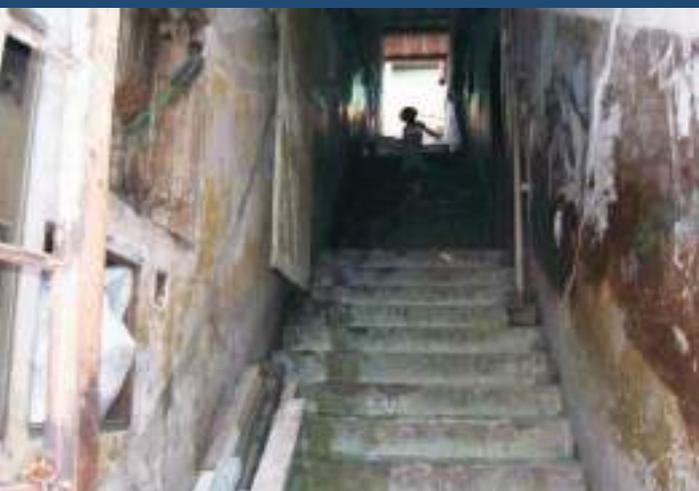
O Programa atua diretamente na defesa do direito constitucional à moradia digna por meio da assistência jurídica às famílias moradoras de habitações precárias em processos de despejos, reintegração de posse, usucapião urbano e outras situações em que os direitos humanos estejam sendo desrespeitados.

O atendimento jurídico é uma oportunidade de formação e aprendizado. Com esta perspectiva, nas ações jurídicas coletivas o Centro Gaspar Garcia alia o atendimento jurídico à educação popular e ao acompanhamento técnico e social. Estimula-se que a população compreenda os procedimentos judiciais e a sua dimensão política, para que possa intervir de forma organizada nas esferas dos poderes públicos como sujeito nesse processo.

Como ação estratégica fundamental na luta pelo Direito à Moradia Digna e pelo Direito à Cidade para a popu-

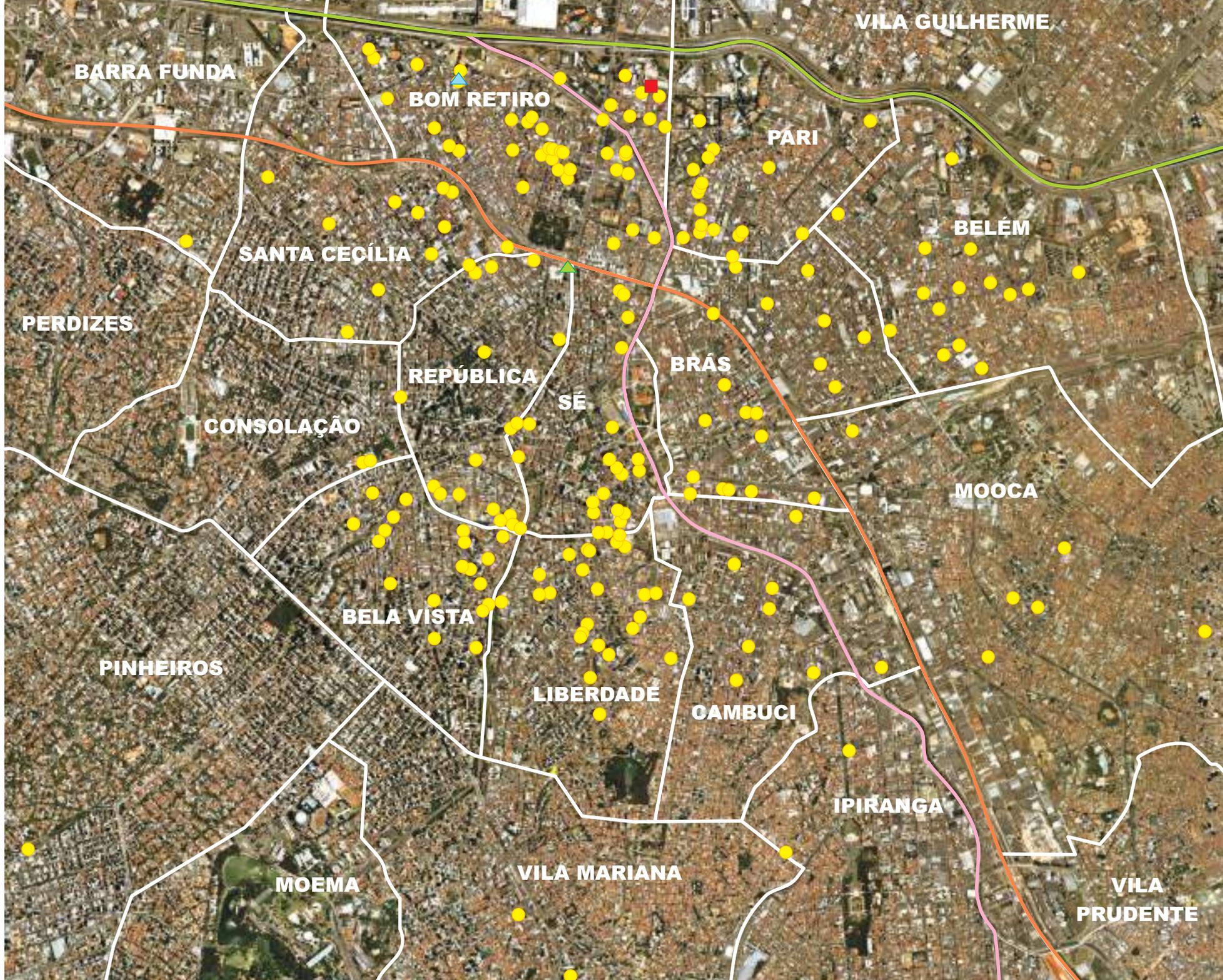


lação de baixa renda, busca-se trabalhar em parceria com os movimentos de moradia, universidades e grupos organizados. Além disso, atua-se em articulações sociais e espaços institucionais, o que amplia a capacidade de pressão social e intervenção em políticas públicas.

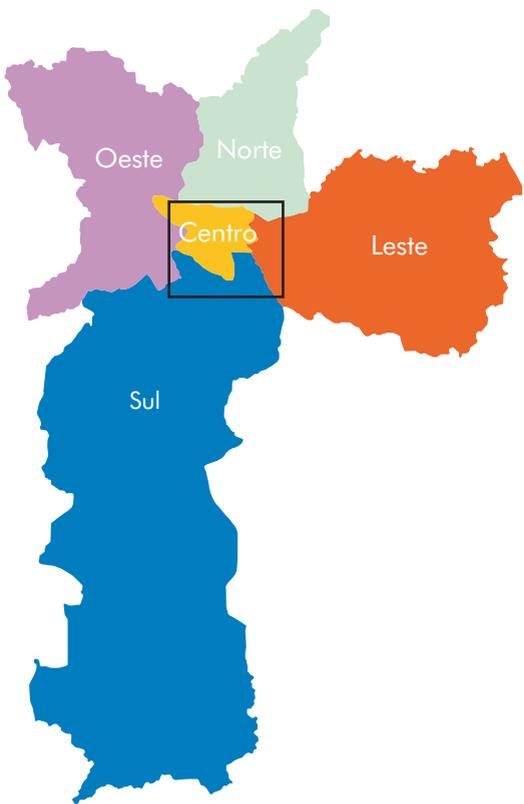


# MAPA DAS HABITAÇÕES PRECÁRIAS ATENDIDAS ATÉ 2011

-  Centro Gaspar Garcia
-  Projeto Coopere Centro
-  Programa Reviravolta e Associação Cooprel
-  Cortiços atendidos
-  Limite de distritos
-  Av. do Estado/Rio Tamanduateí
-  Linha CPTM
-  Av. Marginal Tietê



CIDADE DE SÃO PAULO



## Programa Reviravolta da População em Situação de Rua



A situação da população que está nas ruas é a mais grave da sociedade urbana. São pessoas que vivem em extremo abandono e miséria, sem acesso aos direitos essenciais, sendo expostas à violência e discriminação.

Na cidade de São Paulo existem 13.666 pessoas em situação de rua (FIPE/2009), com forte concentração no centro. Em geral, essa população é composta por homens em idade economicamente ativa que sobrevivem de trabalhos informais, sendo o principal deles a catação de materiais recicláveis.

As pessoas que chegam à situação de rua passaram por um processo de rompimentos de vínculos em vários aspectos da vida como o emprego, a moradia, a separação da família e até pela perda da própria identidade. Portanto, quem está em situação de rua, além das necessidades básicas, tem necessidade de espaços em que se sinta valorizado, onde possa reavivar suas capacidades e ser respeitado como ser humano dotado de potencialidades, objetivos e sonhos.



## Como atuamos

O objetivo do Programa é contribuir, utilizando práticas solidárias, com a inserção social de pessoas em situação de rua que procuram uma oportunidade para dar uma reviravolta em suas vidas. É realizado acompanhamento socioeducativo, buscando desenvolver processos individuais e em grupos para autovalorização. Estimula-se o resgate de vínculos familiares e de amizade e facilita-se o acesso aos serviços públicos, visando a oferecer oportunidades para que possam mudar as condições de vida e sociabilidade.

São oferecidas oficinas de produção artesanal que objetivam acolher e valorizar as pessoas por meio do desenvolvimento de potencialidades e do resgate da autoestima e da esperança, muitas vezes perdidas diante da dura realidade a que foram submetidas.

As pessoas que participam das oficinas de forma regular são convidadas a participar dos Núcleos. Os Núcleos são experiências concretas de aprendizado de uma atividade remunerada e de desenvolvimento de trabalho coletivo como, por exemplo, a separação de material reciclável, no *Núcleo Escola Coopel*.

O encaminhamento para o mercado de trabalho acontece

por meio de parcerias com instituições públicas ou privadas que acreditam e se dispõem a fazer parte desta rede de acolhimento e solidariedade. Atualmente a Cooperativa de Catadores Coopere-Centro tem sido um exemplo desta parceria institucional. Lá, são mantidos técnicos que, com respeito à autonomia da Coordenação, formada por catadores, já contribuíram com a inclusão social de mais de 150 pessoas com trajetória de rua.

O Programa visa ainda a incidir em processos de construção de políticas públicas que resgatem os Direitos Humanos desta população marginalizada pela sociedade e contribuir com o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua.



## Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade



No Brasil, apesar do crescimento de empregos com carteira registrada nos últimos anos, em 2010 a economia informal urbana representava 18,4% do PIB (Fundação Getúlio Vargas). Segundo o IBGE, em 2010, mais da metade (53,7%) dos trabalhadores brasileiros estava na informalidade.

Nos cortiços e favelas do centro da cidade de São Paulo vive grande número de pessoas que trabalham na economia informal, destacadamente: trabalhadores domiciliares, camelôs, artesãos, catadores; todos eles sofrendo diferentes tipos de violações aos seus direitos de trabalhadores. Nesta realidade encontram-se também pessoas de outras nacionalidades,

principalmente bolivianos.

A economia informal é uma realidade bastante complexa que atravessa diferentes segmentos sociais e acumula diversas camadas de exclusão e precariedade. A instabilidade nos rendimentos dos trabalhadores mais vulneráveis os deixa sujeitos a diferentes vulnerabilidades econômicas (dificuldade de acesso ao crédito, investimento etc.), sociais (benefícios da previdência social, auxílios-acidente e doença, salário-maternidade, aposentadorias por idade, invalidez etc.), e também habitacionais (moradias insalubres, sem titularidade, em áreas de risco etc.).

## Como atuamos

O objetivo do Projeto é o de apoiar trabalhadores informais de baixa renda, que trabalham ou residem em moradias precárias no centro de São Paulo, para que melhorem suas condições de vida. Este processo se dá por meio do empoderamento em direitos e fortalecimento da articulação em rede, visando a incidir em políticas públicas.

As condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores informais no cotidiano de sua produção dificultam a sua organização social e política.

Apesar de existir uma fragmentação na organização desses trabalhadores, o Projeto procura oferecer suporte institucional para que possam passar de sujeitos individuais a sujeitos coletivos, partindo de uma reflexão coletiva sobre as especificidades de cada ramo do trabalho informal, bem como de suas relações e dificuldades com o poder público.



O Projeto atua em duas frentes. Uma delas busca e sistematiza informações, até o momento pouco conhecidas, sobre a situação dos trabalhadores de baixa renda na economia informal, por meio de um Observatório, cujas informações são fundamentais para a organização dos trabalhadores.

A outra frente é a formação de um Centro de Referência dos Trabalhadores Informais, que visa a realizar orientações jurídicas, formação e assistência na organização desses trabalhadores, assim como dar suporte institucional para que eles ocupem canais de diálogo como conselhos de políticas públicas e fóruns sociais.





## Projeto A Cidade como Local de Afirmação dos Direitos Indígenas



A luta indígena no Brasil tem sido marcada pela resistência às violações históricas e principalmente à expropriação de suas terras. A urbanização é um processo que também envolve os povos indígenas. No Brasil, o censo de 2010 do IBGE aponta que, do total de 817.963 indígenas, 315.180 vivem em áreas urbanas. Já na cidade de São Paulo, dos 12.977 existentes, 11.918 vivem em áreas urbanas.

São identificadas ao menos duas situações de inserção do índio na cidade de São Paulo. Na primeira, as terras indígenas acabaram sendo incorporadas na região metropolitana devido ao crescimento da cidade, caso das quatro aldeias Guaranis localizadas em São Paulo. A segunda situação diz respeito à migração de membros de povos indígenas de outras regiões do país para os grandes centros urbanos, em busca de melhores condições de vida.

Mesmo considerando alguns benefícios dos serviços sociais, normalmente os indígenas têm dificuldades substanciais nas áreas urbanas, como falta de emprego e atividades de geração de renda, discriminação, racismo, acesso limitado a serviços e condições inadequadas de moradia. A presença indígena nas cidades traz ainda um duplo desafio: o de buscar formas de garantir a diversidade no exercício do Direito à Cidade e o de adequar a política indigenista de forma a contemplar essa nova realidade.

As quatro terras indígenas na área metropolitana de São Paulo pertencem à etnia Guarani Mbyá: aldeias Tekoá Ytu e Tekoá Pyaú, no Jaraguá, e as aldeias Krukutu e Tenandé-Porã localizadas na região de Parelheiros. Além dos Guaranis, originários deste território, existe um grande número de indígenas migrantes, não aldeados, como os Pankararu, os Pankararé, Fulni-ô, Terena, Kaingang, Kariri-Xocó, Atikum e Potiguara.



## Como atuamos

O Projeto busca contribuir para o fortalecimento das organizações indígenas de diferentes etnias ligadas ao ambiente urbano em São Paulo, para que tenham os seus direitos, culturas e costumes respeitados, assim como o acesso às políticas públicas garantido. O objetivo é que as diferentes etnias sejam incluídas no Direito à Cidade.

Busca-se ainda dar visibilidade à cultura e à luta indígena de modo a difundir conhecimento sobre a realidade desses povos no âmbito urbano, destacadamente o universo e a riqueza destas culturas, pelo artesanato, música, religiosidade e literatura.



## Ações Estratégicas

*“Agir localmente e pensar globalmente.”*

O Centro Gaspar Garcia tem como foco ações estratégicas que englobam atividades transversais a todos os Programas e Projetos, com o objetivo de ampliar e potencializar os impactos da sua atuação. Duas ações se destacam. A primeira é a participação em diferentes **Articulações e Fóruns**, buscando agir em conjunto com organizações (sociais e públicas) e pessoas que acreditam que a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável é urgente e necessária.

A segunda ação diz respeito à intervenção nas instâncias do Legislativo, Executivo e Judiciário para elaboração, implementação e controle de **Políticas Públicas**. Esta intervenção é estratégica para o Centro Gaspar Garcia já que as Políticas Públicas são uma das mais importantes ferramentas para a inclusão social e diminuição das desigualdades.

A ação em rede permite que se construa coletivamente entre movimentos, organizações sociais e poder público, no âmbito de fóruns e espaços institucionalizados, articulações e propostas que impactem de forma mais incisiva na construção de Políticas Públicas.



## Parcerias

Os Parceiros Institucionais do Centro Gaspar Garcia contribuem para que a entidade mantenha-se fiel a sua missão, além de agregarem ao trabalho questões fundamentais como os temas transversais gênero, raça e meio ambiente. As relações entre o Centro Gaspar Garcia e parceiros são baseadas na confiança e cumplicidade, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e ambientalmente sustentável.



### Créditos

**Organização:**

Renata Bessi

**Diagramação:**

Osmar G. Koxne

**Texto:**

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

**Fotos:**

Arquivo Centro Gaspar Garcia

Rede Rua de Comunicação

São Paulo - Novembro/2011